

# A propósito da onda liberal na Economia brasileira

Paulo de Tarso P. L. Soares  
Professor da USP

## Introdução

O processo de substituição de importações, de acordo com o discurso oficial, já foi completado e, por isso, o país conta com uma economia integrada e competitiva internacionalmente. Uma vez debelado o processo inflacionário, que foi golpeado pelo Plano Real, restam alguns poucos empecilhos para o desenvolvimento da economia brasileira. Um desses empecilhos está na demasiada intervenção governamental que gerou, de um lado, um elevadíssimo nível de proteção contra a concorrência externa e, conseqüentemente, uma produção doméstica ineficiente e gerou, de outro lado, dificuldades para a vida das pessoas e para a atividade produtiva. Igualmente importante é o empecilho herdado da Constituição de 1988, que impõe pesados encargos sobre a produção e sobre a sociedade. A reforma constitucional constitui a oportunidade ideal para limpar o país desse "lixo do passado" e montar uma economia moderna, aberta para a competição, voltada para o mercado internacional, com um Estado reduzido e sem encargos desnecessários.

A força das idéias da classe dominante é tão grande que, num país onde, segundo dados recentes da FIBGE, dos quase 140 milhões de habitantes, 66 milhões declararam ter algum tipo de rendimento, e que 2/3 deles ganha até 3 salários mínimos e 80% ganha até 5 salários mínimos, as "velhas" questões de desenvolvimento econômico não constituem tema relevante<sup>(1)</sup>. Isso é verdade até mesmo a Academia<sup>(2)</sup>.

As questões estruturais, para uns, estão superadas e o desenvolvimento se resume um simples resultado do manejo correto dos instrumentos de política econômica de curto prazo, da escolha do "mix" adequado de políticas fiscal, monetária e cambial, em presença de liberdade dos mercados. Os problemas do desenvolvimento, para outros, têm tratamento suficiente nos modelos de cresci-

mento da teoria neoclássica. As teses contra as idéias dominantes são criticadas sob a alegação de não conterem fundamento teórico ou de estarem fundamentadas em teorias comprovadamente errôneas e, portanto, superadas.

O que dificulta o debate é que, não raramente, alguns recorrem à simples desqualificação do trabalho adversário. Para esses, as teses que não agradam aos que defendem as idéias dominantes são simplesmente descartadas como ultrapassadas, como "jurássicas".

O presente texto objetiva mostrar a base científica para algumas críticas às propostas oficiais liberais e lembrar a existência de uma estratégia de desenvolvimento alternativa à atualmente implementada neste país. Não se trata de discutir ou de lançar suspeitas sobre as intenções dos defensores do discurso oficial. Trata-se, sim, de ressaltar que, por trás do discurso de interesse geral, existem interesses específicos, alguns prejudicados e outros beneficiados pela bandeira liberal.

## A estratégia de questionamento ao discurso oficial

O discurso oficial não parte do vazio. A partir da apropriação teses defendidas em renomados textos acadêmicos, que não foram escritos para sustentar qualquer discurso oficial, foi deduzido que, uma vez completado o processo de substituição de importações, no período Geisel<sup>(3)</sup>, ou completado o processo de constituição de forças produtivas capitalistas, no período Juscelino<sup>(4)</sup>, do ponto de vista da estrutura produtiva, não haveria mais empecilhos para um processo de crescimento sustentado, pelo mercado, na economia brasileira.

A crítica ao discurso oficial, então, requer, em primeiro lugar, que se questione essa dedução. Na próxima seção, por conseguinte, será mostrada a persistência de (três) problemas estruturais, enfatizados por (quatro) matrizes teóricas distintas, que

inviabilizam aquela dedução.

Se essa dedução é ilegítima, qual a razão de sua força? Na seção posterior, a quarta seção, então, será mostrada uma hipótese para explicar o ressurgimento de propostas liberais. Essa explicação foge do lugar comum que enfatiza a vitória do ideário neoliberal por causa da falência do Estado do Bem Estar Social e/ou da derrocada da União Soviética<sup>(5)</sup>.

Na quinta e última seção será mostrado que, ao contrário do apregoado pelo discurso oficial, existe estratégia de desenvolvimento alternativa à presentemente implementada. Será mostrado, também, que essa estratégia alternativa não joga sobre as costas dos trabalhadores o custo do enfrentamento à concorrência internacional.

#### **A persistência de problemas estruturais**

Apesar do parque produtivo no Brasil estar completado, restam problemas estruturais que o impede de passar por um processo auto-sustentado de crescimento. Distintas matrizes teóricas apontam diferentes empecilhos ao crescimento da economia brasileira, quais sejam: a ausência de quem faça o papel de "empresários schumpterianos", a falta de "competitividade sistêmica" e o "insuficiente desenvolvimento do setor de bens de salários".

##### **A ausência de empresários "schumpterianos":**

A premiada dissertação de mestrado, intitulada "Auge e Declínio do Leviatã: mudança estrutural e crise na economia brasileira", de autoria de Alexandre Schwartzman<sup>(6)</sup>, endossa o argumento, defendido pelo Prof. Barros de Castro, no texto referido na nota (3), de que o II PND produziu uma economia integrada e competitiva internacionalmente mas não endossa a conclusão de que o país estaria livre para crescer. Essa dissertação de mestrado pode ser lida como uma tentativa de explicar porque, apesar do acerto da premissa, a previsão do texto "Ajustamento X Transformação: a economia brasileira de 1974 a 1984" não se realizou.

A dissertação, para cumprir essa tarefa, recorre, inicialmente, a um argumento originalmente defendido pelo grande mestre Ignácio Rangel, em vários artigos publicados na imprensa brasileira nos anos 1980. Segundo o saudoso mestre, o problema da dívida externa brasileira não estava em como arranjar os dólares para pagá-la, mas em como arranjar os cruzeiros para comprar esses dólares.

Assim, segundo a dissertação de Schwartzman, a origem da ausência de um processo sustentado de crescimento na economia brasileira, pós 1980, está na forma como o II PND foi financiado. A necessidade de financiar as importações de petróleo, insumos básicos e bens de capital, indispensáveis para a continuidade do crescimento econômico, e a necessidade de financiamento a longo prazo para as inversões do II PND, pois a estrutura distorcida do sistema financeiro não gerava recursos de longo prazo na magnitude requerida pela estratégia de desenvolvimento adotada, produziram um aumento do endividamento externo e a estatização dessa dívida externa (aumentada). Isso, por sua vez, tornou a economia brasileira vulnerável à variáveis externas.

Como os empréstimos externos foram contratados com taxas de juros flutuantes, as alterações de taxa de juros externa incidiam não apenas sobre o endividamento marginal, mas sobre todo o estoque da dívida assim contratada, a economia brasileira ficou vulnerável à taxa de juros externa. Isso se torna dramático com a política econômica norte-americana conhecida como "reaganomics", um déficit fiscal em simultâneo a um aperto monetário, que provocou o chamado choque dos juros, a moratória mexicana e o fechamento do mercado financeiro internacional para os países em desenvolvimento. Outro impacto externo negativo foi o segundo "choque" do petróleo, elevando o valor dessas importações de US\$ 4,1 bilhões (em 1978), para US\$ 6,3 bilhões (em 1979) e para US\$ 9,4 bilhões (em 1980).

Tal elevação na demanda de divisas, nas condições de fechamento do mercado internacional de crédito, tinha que ser compensada pela elevação da oferta de divisas gerada com as exportações. Criou-se, então, um grave problema de finanças públicas, pois o grande demandante de divisas era o setor público mas o grande ofertante dessas divisas era o setor privado. Por causa do combate inflacionário, era impensável financiar a compra dessas divisas com emissão monetária. Por causa do combate inflacionário e principalmente porque se estava subsidiando as exportações privadas intensivas no uso de insumos produzidos pelas estatais, não se podia elevar as tarifas públicas e gerar recursos para comprar as divisas do setor privado. O ajuste fiscal, de 5,3% do PIB entre 1982 e 1983 e de 2,2% do PIB entre 1983 e 1984, não foi suficiente

e não havia força política para fazer uma reforma fiscal que gerasse os recursos necessários para comprar as divisas do setor privado. O endividamento interno, portanto, foi a solução que restou. Dívida externa e dívida interna, portanto, constituem duas faces da mesma moeda.

A grave crise fiscal obrigou a um corte significativo nos investimentos públicos que, no caso brasileiro, não desempenha só a função keynesiana de manter elevado o nível da demanda agregada. O gasto público, no Brasil, é particularmente importante pela sua função schumpeteriana de sinalização aos empresários (ao setor privado) sobre as possibilidades e os rumos do desenvolvimento. O investimento público é uma parte importantíssima da política industrial do país.

O resultado final é uma elevação na taxa de juros sobre os títulos públicos, o encurtamento do horizonte de cálculo capitalista, aumento da preferência por ativos mais líquidos e queda na formação bruta de capital. A aceleração inflacionária, que não pode ser separada analiticamente da crise fiscal e financeira do setor público, aniquila gradativamente o sistema de preços, deteriora as condições de cálculo capitalista, erode o estado das expectativas dos empresários e afeta negativamente a decisão de investir.

#### **Ponto a ser destacado:**

Uma leitura cuidadosa de "Auge e Declínio do Leviatã: mudança estrutural e crise na economia brasileira" vai revelar que o ponto principal a entrar o crescimento sustentado não é o problema da forma de financiamento do II PND que tornou a economia brasileira vulnerável às variáveis externas, mas a falta de um empresário schumpeteriano. As variáveis externas entravaram o crescimento da economia porque impediram as estatais de continuarem a exercer o papel de empresários schumpeterianos.

O ponto extraído desse trabalho pode ser sumariado da seguinte maneira: os problemas de financiamento do II PND fizeram com que se perdesse o empresário schumpeteriano da economia brasileira e, assim, apesar da base produtiva integrada e competitiva, o país não está livre para crescer. Dessa premiada dissertação de mestrado pode-se, então, deduzir que não adianta privatizar as empresas estatais, pois o setor privado não tem uma história que o capacite a cumprir o papel de

empresário schumpeteriano.

#### **A ausência de competitividade sistêmica:**

A tese de doutoramento, intitulada "Repensando a Dependência", de autoria de Lídia Goldenshtein<sup>(7)</sup>, afirma que o processo de substituição de importações, iniciado nos anos 1950, na América Latina, foi viabilizado pela empresa multinacional que, tendo consolidado sua expansão nos países centrais, deslocou-se para a periferia, transferindo plantas industriais para os países então chamados de subdesenvolvidos. Tal expansão internacional foi uma "solução" (as aspas são da autora) para os problemas causados pela concorrência interna.

Com grande volume de capitais acumulados, pressionadas pela concorrência interna e contando com enorme estabilidade nas instituições financeiras, as empresas nada mais fizeram do que atuarem segundo o padrão de competição adequado ao paradigma tecnológico em vigor. O motor da industrialização e da internacionalização foi o investimento direto promovido, inicialmente, pelas corporações norte-americanas. nos anos 1950<sup>(8)</sup>.

As industrializações tardias, portanto, constituíram simples cópia da estrutura produtiva resultante da segunda revolução industrial. O papel do Estado, nessas industrializações, foi fundamental, porque a instalação da indústria pesada tem que ser feita de um só golpe, exigindo vultuosos investimentos simultâneos, gerando um grau de incerteza dificilmente bancado pelo capital privado.

O Estado, no caso brasileiro, não só coordenou os investimentos como assumiu o financiamento e implantou o núcleo básico da indústria pesada (siderurgia, energia e petróleo). Isso, no entanto, não significa, como muitos imaginam, que o Estado desenvolvimentista brasileiro era forte, "todo poderoso". Ao contrário, tudo aquilo foi feito sem ferir interesses setoriais, corporativos e regionais. O Estado desenvolvimentista brasileiro não tinha forças para varrer o velho e abrir espaço para o novo, o que só foi possível porque contou com um cenário internacional extremamente favorável, que permitia o recurso ao capital externo para amortecer os conflitos internos que não conseguia arbitrar. Sob a aparência de uma liderança forte havia um Estado preso a interesses internos e externos que limitavam e dirigiam sua ação.

O II PND foi culminação desse processo. Ele

completa o processo de industrialização que vinha ocorrendo desde a década de 1950, com a implantação de certos segmentos do setor de bens de produção, até então com pequena produção ou inexistente no país, e, simultaneamente, mostra a dificuldade do Estado brasileiro em arbitrar perdas, em "disciplinar" o processo de acumulação de capital rompendo com interesses estabelecidos, dificuldade expressa na crise fiscal-financeira em que nos encontramos até hoje.

Não se pode, no entanto, dizer que, a partir do II PND, a partir da implantação dos segmentos acima referidos, o país superou o hiato da estrutura produtiva, igualando-se a uma economia plenamente desenvolvida, com um crescimento auto-sustentado graças a um DI suficientemente maduro para transformar-se no centro dinâmico da economia. Tampouco se pode dizer que, a partir dos vultuosos superávits comerciais que passaram a existir, o país superou a vulnerabilidade congênita do balanço de pagamentos.

Não são poucas as dificuldades que se anunciam para o desenvolvimento do país. O II PND cristalizou a posição tecnológica atrasada, numa época em que o mundo está passando por uma verdadeira revolução tecnológica, produtiva e financeira, tornando obsoleto o nosso padrão de industrialização, e já não estão mais presentes os fatores que, no passado, propiciaram o desenvolvimento da economia brasileira.

Não se deve contar com o desenvolvimento fomentado pela exportação de capital. As bases materiais do mundo foram transformadas em menos de vinte anos. A infra-estrutura fornecida pelo desenvolvimento das tecnologias de informação (microeletrônica, informática, telecomunicações), em torno das quais foram surgindo uma enorme gama de descobertas (biotecnologia, novos materiais, laser, energias renováveis etc.), permitiram a transformação da economia mundial em um espaço único de produção e de troca. A revolução tecnológica que está ocorrendo inaugurou um novo estilo de desenvolvimento, baseado em novas formas de produção e administração, no qual o motor da acumulação não é mais o lançamento de novos blocos de investimentos, mas a inovação sistêmica.

As inovações tecnológicas tornaram-se armas poderosas de competição, o que restringe enor-

memente sua disponibilidade para aquisições. O desenvolvimento próprio é mais difícil ainda, porque os custos são muito maiores e dependem de condições sistêmicas inexistentes nos países periféricos. O que antes era grande atrativo, a enorme desigualdade na distribuição de renda e baixo nível de educação, que garantiam mão-de-obra farta, desorganizada e barata, passou a ser um empecilho para o desenvolvimento. Exige-se, hoje, mão-de-obra qualificada, cérebros e estrutura organizacional dificilmente encontráveis na maior parte dos países.

Como resultado disso, o fluxo do movimento de capitais passou a concentrar-se entre os países desenvolvidos. O fluxo de investimentos para os países subdesenvolvidos cresceu a uma taxa menor do que a taxa de crescimento do fluxo de investimentos para os países ricos. Nos anos 1980, aproximadamente 80% do movimento de capitais ocorreu entre os países mais ricos. Só os cinco mais ricos se apoderaram de quase 60%. Dos 20% que ficaram para os países mais pobres,  $\frac{3}{4}$  coube a apenas dez países. Os investimentos externos têm sido realizados intra triade (Japão, EUA e Comunidade Econômica Européia).

Não se deve contar com o desenvolvimento fomentado pelos empréstimos externos. A reestruturação dos países industrializados tem absorvido montantes significativos de recursos. O crescimento da dívida pública norte-americana também tem absorvido montantes significativos de recursos. Além do mais, o envelhecimento da população nos países industrializados alterou a característica da poupança financeira, concentrada nos investidores institucionais, companhias de seguros e caixas de aposentadorias, privilegiando aplicações em títulos, aplicações especulativas, de curto prazo e com maior liquidez. Capitais de curto prazo, altamente especulativos, impõem sérias restrições às políticas econômicas domésticas e não são adequados para financiar a modernização dos países em desenvolvimento.

Não se deve contar com o desenvolvimento fomentado pelo Estado brasileiro. A forma como os recursos são mobilizados define o padrão de financiamento<sup>(3)</sup> dessa economia. Ele resulta das relações de poder entre o Estado, o setor privado nacional, o resto do mundo, e das relações de poder entre os segmentos do setor privado

doméstico (produtivo, bancário e agrário). A estrutura das poupanças (pública, privada e externa) e dos gastos públicos, os sistemas tributário e financeiro e a organização da empresa capitalista, resultam daquelas relações de força. Alterações no padrão de financiamento implicam redefinições na órbita das relações internas (intracapitalistas, entre capital e trabalho e entre setor público e setor privado) e externas (entre a economia nacional e o sistema internacional). A mudança do padrão de financiamento exige um Estado com capacidade para impor perdas. Não se visualiza, no presente, na economia brasileira, um Estado capaz de mudar o padrão de financiamento e de produzir e implementar um programa de inversões que propicie competitividade sistêmica à economia brasileira<sup>(10)</sup>.

**Ponto a ser destacado:**

O ponto extraído de "Repensando a Dependência" pode ser sumariado da seguinte maneira: "a presente revolução tecnológica exige condições sistêmicas inexistentes no Brasil, que o coloca fora do circuito internacional de movimentação de capitais, e que não podem ser obtidas mediante financiamentos externos nem mediante a atuação do Estado, o que faz com que o país não esteja livre para crescer".

Uma leitura cuidadosa desse trabalho vai revelar que o ponto principal a entrar o crescimento sustentado da economia brasileira é a falta de competitividade sistêmica, que exige vultosos recursos para serem obtidas mas não se dispõe de meios para obtê-los. Deduz-se, de "Repensando a Dependência", a necessidade de se promover um conjunto de reformas que alterem o padrão de financiamento (não confundir com simples reforma do sistema financeiro) da economia brasileira. O que não se deduz é que essas reformas devam ter o cunho liberal pretendido pelo atual governo. Ao contrário, a dedução correta aponta na direção inversa. Afinal, não deve ter sido por mero acaso ou descuido que a tese de doutoramento foi concluída com um capítulo dedicado à Coréia do Sul, exemplo de desenvolvimento com fortíssima intervenção governamental.

Não basta definir um novo esquema de transferências de renda. É preciso que tal esquema esteja vinculado a um programa de renovação do parque industrial que forneça competitividade sistêmica à economia brasileira. Não basta pagar a conta do

passado. As reformas constitucionais frustrarão o desenvolvimento se constituírem em simples cristalização da hegemonia do esquema vigente de poder, que é o que o cunho liberal parece indicar.

**O insuficiente desenvolvimento do setor de bens de salários:**

A tese de doutorado, intitulada "Perfil dos Investimentos e Distribuição de Renda na Economia Brasileira (1970-1993)"<sup>(11)</sup>, de autoria da Profa. Norma Casseb, e a tese "Um Estudo Sobre Lenin e as Defesas da Reforma Agrária no Brasil", complementam-se para apontar o insuficiente desenvolvimento do setor de bens de salário como uma importante fonte de dificuldades para a acumulação no Brasil. Em Soares (1992) a ênfase está nos componentes agrícolas e em Casseb (1995) a ênfase está nos componentes industriais do custo de reprodução da força de trabalho.

**3.3.1 Versão keynesiana:**

O trabalho de doutoramento da Profa. Norma Casseb, "Perfil dos Investimentos e Distribuição de Renda na Economia Brasileira (1970-1993)", desenvolve analiticamente os modelos pós-keynesianos de Kregel, de Minsky e de Blecker(). O ponto de partida foi o modelo de Kregel, onde a distribuição de renda não está vinculada a fatores individuais, mas é determinada pela relação entre os setores de bens de consumo e de bens de investimentos. Nesse modelo não consta o setor governo e o setor externo é insuficientemente desenvolvido, a balança de pagamentos é suposta não ter déficit nem superávit. Daí o apoio em Minsky, que incorpora o setor governo, e em Blecker, que relaciona a taxa de mark up com o grau de abertura da economia. O resultado foi um modelo de consistência macroeconômica, útil para mostrar que, toda vez que, na economia brasileira, se tentou esquecer a barreira do balanço de pagamentos, se caiu na barreira inflacionária. Em outras palavras, o país não está livre para crescer.

O notável esforço empírico desenvolvido nesse trabalho produziu resultados interessantíssimos. Interessam particularmente, para os objetivos deste texto, os resultados relativos ao que foi denominado setor de bens de capital e setor de bens de consumo.

O setor de bens de produção foi representado pelos seguintes ramos da indústria: metalurgia, mecânica, material elétrico, de comunicações e de

transportes. Em CR\$ 1.000,00 de 1980, o valor da produção, no ano de 1970, do setor de bens de capital foi 569.419.270. O maior valor foi alcançado em 1986, com a marca de 4.601.845.751. Em 1993, o valor da produção de bens de capital regrediu para 3.371.961.236, valor inferior ao alcançado em 1985.

O setor de bens de consumo, uma indicação do setor de bens de salário, foi representado pelos seguintes ramos: produtos alimentares, vestuário, calçados, bebidas e têxtil. Em 1970, o valor da produção desse setor estava na casa dos 786.937.422. Durante toda a década de 1970, esse valor cresce, chegando a 2.159.643.461, em 1979. Na década de 1980, o valor dessa produção se estabiliza em torno dos 2.200.000.000. O maior valor registrado no período 1970/93 ocorreu em 1980 (2.351.397.182). Os sinais de tendência de queda no valor da produção de bens de salário são evidentes de 1986 em diante: de 2.302.522.859, em 1986, ele cai para 1.752.106.495, em 1993. Não é demais ressaltar. O valor da produção do setor de bens de consumo, em 1993, está abaixo do referido valor em 1976, ou seja, regrediu a 18 anos atrás.

Em termos de uma indicação sobre a produtividade, valor da produção dividido pelo número de empregados, os dados não são mais animadores. Em 1970 ela era de CR\$ 1.038,21/empregado. Cresce até o pico de 1984, quando chega a CR\$ 1.961,36/empregado. Caindo para CR\$ 1.554,73/empregado em 1990, para daí em diante ter uma pequena recuperação, chegando em 1993 com CR\$ 1.843,11/empregado. Em termos de produtividade, o setor de bens de consumo, em 1993, está no mesmo nível de 1976, está no mesmo nível de 17 anos atrás.

A ausência de investimentos no setor de bens de salário constitui sério entrave para a acumulação no Brasil. A aceleração do crescimento pressiona o mercado de trabalho e se transforma em inflação. O encarecimento da produção nacional frente à produção importada reforça a pressão sobre o balanço de pagamentos originada no atraso relativo do setor de bens de capital. Sem uma alteração no perfil dos investimentos, a economia brasileira não conseguirá gerar um processo sustentado de desenvolvimento.

**Versão marxista:**

A tese de doutoramento, intitulada "Um Estudo

Sobre Lenin e as Defesas da Reforma Agrária no Brasil", de autoria do autor do presente texto(), afirma que a acumulação de capital, no Brasil, ainda está amarrada pela ausência de um setor de bens de salário com competitividade internacional. Em outras palavras, a economia brasileira apresenta fortes evidências de que ainda depende fortemente da extração de mais-valia absoluta.

A modernização da economia brasileira, posteriormente à II Guerra Mundial, nessa tese, é explicada seguindo, inicialmente, o tratamento dado por Lenin e por Bukharin() às exportações de capital. Seguindo Lenin, enfatiza que a concorrência entre as empresas imperialistas levou à uma elevação da composição orgânica do capital nos países de capitalismo maduro e, conseqüentemente, à uma queda na taxa de lucro, impulsionando-as a buscarem a compensação nos países já incorporados à órbita do capitalismo mas sem terem avançado demais e, por isso, com salários, terras e matérias-primas mais baratas. A exportação de capital é, na etapa imperialista do capitalismo, a principal maneira pela qual o capitalismo se espalha e se torna mundialmente dominante, promovendo verdadeiras revoluções modernizantes em certos países.

Na etapa monopólica do capitalismo, a maneira típica de concorrer é negando a própria concorrência. Exporta-se capital, também, para impedir a concorrência. Seguindo Bukharin, enfatiza que a exportação de capitais tem, simultaneamente, uma dimensão de "aprisionamento" (do país, do mercado, da fonte de matéria-prima) e de "nacionalização". A "nacionalização", aliás, é sinônimo de "aprisionamento". A empresa monopolística, uma vez instalada no país, pede proteção contra as importações concorrentes. As tarifas alfandegárias, protetoras da produção e do emprego "nacionais", constituem uma das principais armas na guerra imperialista.

A guerra imperialista não se limita à guerra econômica. Política e economia complementam-se, fundem-se, na tarefa propiciar a expansão imperialista. A estratégia política norte-americana de enfrentamento ao bloco soviético misturava a Doutrina Truman, de criação de barreiras militares intransponíveis pelos comunistas, com a Doutrina Marshall, de definição de aliados e moldagem de sua estrutura produtiva à semelhança da norte-



americana, para que eles, ao defenderem seus interesses, defendessem, simultaneamente, os interesses dos EUA (). A política da "guerra-fria" e a política de "portas-abertas" são indissolúveis como geradoras de oportunidades lucrativas de inversão para o capitalismo maduro e na explicação da hegemonia norte-americana no mundo capitalista.

A economia brasileira já estava incorporada à órbita do capitalismo mas ainda não estava madura, dispondo de mão-de-obra, matérias-primas e terras baratas (abundantes). Além do mais, uma simples olhada num mapa mundial revela a importância estratégica do Brasil na América do Sul e, portanto, na estratégia de combate ao bloco soviético. Assim, o trabalho de doutoramento enfatiza que, o que muitos pensaram ser um processo de substituição de importações, comandado por uma dinâmica interna, não passou de um processo comandado por empresas imperialistas que, buscando maiores taxas de lucros, aqui se instalaram e, em nome da defesa da produção e dos empregos nacionais, pediram e obtiveram proteção contra as importações concorrentes(). Em suma, a dinâmica do processo de desenvolvimento não só era externa à economia brasileira como não era endogenamente gerada no próprio processo.

Recorrendo a pesquisas próprias e de outros colegas(), o texto afirma que esse processo de modernização capitalista, no Brasil, ocorreu de forma desbalanceada, sendo menos importante no setor produtor de bens de salário. Assim, o processo de exportação de capital, para o Brasil, que promoveu um inegável desenvolvimento do capitalismo neste país, não conseguiu gerar um processo importante e contínuo, no setor de bens de salário, capaz de rebaixar o custo de reprodução da força de trabalho, aumentar a taxa geral de lucro e estimular os investimentos. Períodos de crescimento sustentados só são possíveis com circunstâncias externas extremamente favoráveis e são acompanhados por problemas distributivos e, conseqüentemente, inflacionários.

**Ponto a ser destacado:**

O crescimento da economia brasileira não tem se caracterizado por ser acompanhado por um perfil de investimentos que eleve a produtividade do setor produtor de bens de salário, seja na parte agrícola, seja na parte industrial. Apesar da inegável expansão do parque produtivo, não se tem evidên-

cias que, nesse processo de expansão, se tenha rebaixado o custo de reposição da força de trabalho. É difícil afirmar que a economia brasileira está livre para crescer, se os indicadores apontam para insuficiente desenvolvimento do setor de bens de salário, do setor responsável pelo custo de reprodução da força de trabalho.

**A necessidade de outra explicação para a onda liberal**

As ausências de quem possa desempenhar o papel de empresário schumpeteriano, de competitividade sistêmica e de adequado desenvolvimento do setor responsável pelo custo de reprodução da força de trabalho, indicam, por diferentes caminhos, distintas matrizes teóricas, que não é correto supor que, na economia brasileira, estejam presentes condições para que o mercado se encarregue de, sozinho, promover um processo sustentado de crescimento. O alegado fundamento em renomados textos acadêmicos, tratando da formação e do desenvolvimento do parque industrial no Brasil, não garante a correção do discurso oficial liberal.

Por quê, então, tanta ênfase na liberalização da economia como instrumento da promoção desse crescimento? Descartada a possibilidade da resposta estar na simples fragilidade teórica dos elaboradores do discurso oficial, fica-se com a explicação de que tal ênfase liberal esconde algum objetivo com dificuldades políticas para ser defendido, por sua impopularidade.

Na seção seguinte será apresentada uma hipótese para explicar essa ênfase. Em outras palavras, na seção seguinte, tentar-se-á mostrar o que o discurso oficial está tentando esconder.

**Uma hipótese para a onda liberal**

Conforme o ensinado por Lenin e Bukharin, nas obras citadas em 3.3.2, a fase atual de desenvolvimento do capitalismo, a etapa imperialista do capitalismo(), caracteriza-se pela negação da livre concorrência. A defesa da livre concorrência, pura e simples, é compatível com a etapa anterior do capitalismo, a etapa concorrencial. A tentativa de voltar ao período da livre concorrência é, portanto, reacionária no sentido histórico-filosófico().

Por quê, então, essa tentativa de fazer a roda da história girar para trás? Não se trata de questionar que a concorrência promova a eficiência ou de questionar a ineficiência da economia brasileira. Trata-se, sim, de entender porque o passado está

sendo apresentado como o futuro. Trata-se de entender porque uma economia criada sob o manto da proteção recorre, agora, ao discurso da liberdade, da competitividade.

O discurso liberal pode ser assim resumido: "completado o processo de substituição de importações, é preciso submeter a economia brasileira à competição, inclusive externa, e, para isso, é preciso libertar (flexibilizar) o mercado de trabalho dos encargos sociais e libertar (flexibilizar) a produção dos encargos tributários."

Quem são os beneficiários dessa "flexibilização" e, portanto, os que têm maior interesse nelas? Não se trata de negar a importância dos aparelhos ideológicos como difusor de idéias, já referidos na introdução deste texto. Trata-se de enfatizar a importância dos interesses que constroem a vitória ideológica.

Tome-se o caso da flexibilização do setor público. A transferência das empresas estatais para o setor privado é defendida como medida de promoção da eficiência da economia. A versão "leve" argumenta que o setor público só deve cuidar da saúde, educação e justiça. A versão "dura" argumenta-se que a privatização deve alcançar os serviços de saúde e de educação. A teoria econômica, no entanto, não fornece subsídios para a assertiva que o setor privado é mais eficiente do que o setor público.

Não é correto dizer que a teoria econômica sustenta a afirmativa que o setor privado é mais eficiente que o setor público. A teoria econômica não ensina que a propriedade privada promove a eficiência mas, sim, que é a concorrência quem promove a eficiência. Não é demais repetir: a teoria econômica não permite que se vincule propriedade com eficiência; o que a teoria econômica estabelece é que onde existe concorrência, existe eficiência.

As comparações de eficiência, feitas com base nos indicadores tradicionais de desempenho como, por exemplo, o volume da produção por empregado, são incorretas por compararem empresas com objetivos diferentes. A ineficiência está na ausência de concorrência, no monopólio e se expressa, no setor privado, como super lucro, ou, no setor público, como super salário. Quando após a privatização alguns empregados são demitidos, isso não significa ganho de eficiência, apenas uma

alteração na distribuição do super lucro (da ineficiência do ponto de vista social), que deixa de ir para os empregados e passa a ir para os acionistas. A simples aplicação de fórmulas, sem o suporte conceitual, conduz necessariamente a erros, serve apenas como exercício ideológico.

As ineficiências das empresas estatais não resultam do fato de serem estatais e, sim, do fato de serem monopólios. A simples privatização não vai eliminar os ganhos de monopólio, vai, apenas, redistribuí-los. Para produzir benefícios para a sociedade, não é preciso acabar com as empresas estatais mas, com o monopólio das estatais. Como fazer isso? A teoria econômica ensina: basta abrir para a concorrência do mercado internacional, permitindo a importação de mercadorias concorrentes. Não é preciso privatizar a Petrobrás, basta permitir que qualquer um importe petróleo e proibir o governo de fazer aportes de recursos para financiar a ineficiência daquela empresa.

A flexibilização do setor público mediante as privatizações, tal como vem sendo conduzida pelos três últimos governos, beneficia o setor privado que, com o financiamento de longo prazo e subsidiado pelos trabalhadores, via BNDES, tem adquirido alguns monopólios. A chamada privatização tem sido uma simples expansão do monopólio privado. Foi-se buscar no monopólio do Estado a rentabilidade que não está sendo propiciada em virtude da falta de um programa de desenvolvimento que gere oportunidades para a aplicação dos capitais.

Tome-se, agora, o caso da flexibilização dos mercados, que envolve interesses contraditórios dentro do bloco monopolista.

Conforme já referido em 3.2, a liberdade para a movimentação internacional de capitais, tão defendida pelos liberais, é, no presente, a liberdade para o aprisionamento de mercados por parte de capitais imperialistas. Não se trata de defender o nacionalismo, o fechamento do país aos capitais estrangeiros, mas de ter claro que essa livre movimentação, historicamente, serviu e serve como instrumento de aprisionamento dos países, dos recursos naturais, dos mercados, por parte das empresas imperialistas. Trata-se, ainda, de ter claro, também, que o nacionalismo, historicamente, tem sido um instrumento desse aprisionamento. Pede-se a abertura das portas para entrar no país mas, uma vez conseguida, pede-se para fechá-las. O setor



automobilístico é um exemplo polar dessa disputa entre os que aprisionaram o mercado brasileiro e os que nele querem penetrar.

A proposta oficial de liberalismo, na sua versão de liberação/flexibilização do mercado de produto, atende aos interesses imperialistas que não estão no país e aqui não querem entrar. Esses questionam, nos organismos internacionais, a proteção ao mercado doméstico. Defendem, eles, a liberação comercial e a flexibilização do mercado brasileiro de automóveis. Os que pretendem instalar-se no país não defendem a liberação comercial nem questionam o instrumento de fechamento do mercado presente, por exemplo, no índice obrigatório de nacionalização da produção. Discutem, apenas, o nível desse índice de nacionalização, defendendo a sua flexibilização. Só os que já aprisionaram o mercado brasileiro de automóveis não defendem a liberação das importações nem admitem reduzir o índice de nacionalização da produção, argumentando que ela é "impatriótica" e "injusta" para os que acreditaram no país e para cá vieram quando ninguém se interessava em vir.

Tome-se, agora, o caso dos chamados encargos sociais. A expressão maior da tentativa de abolir os está nos contratos "flexíveis" de trabalho(). Não se pode esquecer que aquilo que é chamado, por uns, de encargos ou, por outros, de direitos, surgiu com o desenvolvimento do capitalismo, foi propiciado pela expansão do capitalismo. Essa a abolição, no entanto, tem sido apresentada, pelo discurso oficial, como o novo, como o moderno.

O bloco asiático concorre no mercado internacional com máquinas e sistemas produtivos de última geração, mas com um custo de mão-de-obra de país subdesenvolvido, com baixíssimos salários, nenhum benefício social e uma extensão de jornada de trabalho impensável nos países ocidentais. A posição competitiva, desse bloco, no cenário internacional é, sem dúvida, extremamente favorável e ele tem sabido tirar proveito disso.

Com a queda do bloco socialista<sup>(12)</sup>, os países do bloco capitalista ocidental sentiram-se livres da pressão social e puderam começar a propor a extinção dos benefícios sociais e reduzir a diferença no custo da mão-de-obra em relação aos países do bloco capitalista asiático. Os países imperialistas, hoje, atuam nos organismos internacionais criticando o "dumping" social, tentando fazer com que os

criticados tratem sua mão-de-obra de maneira civilizada. Os mesmos países imperialistas, simultaneamente, atuam no sentido de destruir o Estado assistencialista, de acabar com os benefícios sociais, de reduzir o custo da mão-de-obra nos locais onde têm unidades produtivas competidoras do bloco asiático.

A flexibilização do mercado de trabalho, nessa perspectiva, não é uma tentativa de tornar a sociedade mais feliz, mas uma tentativa de reduzir o custo da mão-de-obra e competir com o bloco asiático.

Em suma, o liberalismo "reinventado" serve de capa: (a) para o monopólio privado se apropriar dos bens do Estado e compensar a falta de um verdadeiro programa de desenvolvimento para o país; (b) para as empresas imperialistas que não pretendem se instalar no país, e; (c) para a tentativa de retornar à predominância do padrão de extração de mais valia absoluta e melhorar a posição competitiva contra o bloco asiático.

### **Conclusão: uma estratégia alternativa de desenvolvimento.**

Isso posto, os trabalhos sumariados na terceira seção fornecem elementos que podem ser combinados, produzindo o discurso exposto a seguir. O fundamental é recuperar a capacidade do Estado para investir, orientando o setor privado que o gargalo no setor produtor de bens de salário será superado<sup>(13)</sup>, libertando a acumulação desses tipo de restrição e, conseqüentemente, permitindo o país gerar um vetor de preços relativos que propicie uma nova inserção do país no mercado mundial e na rota das exportações de capital<sup>(14)</sup>. A reforma constitucional necessária não é a liberal proposta pelo governo, uma simples abertura de portas para os capitais e produtos estrangeiros, uma simples destruição dos benefícios sociais alcançados na Constituinte de 1988. A reforma constitucional necessária é uma que viabilize relações de poder capaz de financiar a estratégia de desenvolvimento aqui defendida<sup>(15)</sup>.

É preciso, no entanto, reconhecer que tal estratégia de desenvolvimento não constitui a solução para todos os problemas da economia brasileira. É preciso estar ciente que, mesmo com tal estratégia, devido as condições da concorrência internacional, talvez seja necessário voltar atrás em alguns direitos dos trabalhadores, em algumas

conquistas sociais. Não como meio de promoção da modernidade, do bem estar dos trabalhadores, mas como imposição da concorrência imperialista.

A estratégia de desenvolvimento, aqui defendida, não deve ser vista como uma maneira de "salvar" ou de fazer o "elogio" do desenvolvimento capitalista no Brasil, mas como uma forma de minimizar os impactos negativos da inevitável concorrência internacional.

#### Notas

O texto intitulado "O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latinos americanos", de autoria do embaixador Paulo Nogueira Batista, in Caderno Dívida Externa nº 6, 3ª ed., PEDEX/CEPIS, 1995, é uma fonte de referência importante para a maneira como o "marketing" faz com que orientações da Administração Reagan sejam absorvidas por parcela substancial das elites políticas, empresariais e intelectuais latino-americanas, e passem a fazer parte do discurso e da ação dessas elites, como se fossem de sua iniciativa e de seu interesse. Nesse texto está ressaltado o papel das fundações estrangeiras e de organismos internacionais, muito ativos no financiamento e organização de publicações e seminários que monopolizaram o debate acadêmico no continente, e da imprensa, mediante editoriais e articulistas, alguns de passado esquerdista, que qualificava como retrógrado ou "dinossauros" aos que não aderissem à "modernização pelo mercado".

<sup>2</sup>() No ano de 1995, a Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC) não listou desenvolvimento econômico como tema em qualquer das quatro áreas em que recebeu artigos para apresentação no seu XXIII Encontro Nacional, realizado em Salvador, Bahia. É certo que, alertada a Secretaria-Executiva, montou-se a sessão nº 24 "Economia Política e Desenvolvimento". Registre-se, no entanto, que, por insuficiência dos artigos ou por falta de experiência da banca, dos três artigos selecionados, dois não tinham sido enviados para a área 4, onde estava classificada o tema economia política. Registre-se, também, que novos ventos estão soprando na ANPEC, haja visto o apoio da sua nova Secretaria Geral a este Encontro Nacional de Economia Política.

<sup>3</sup>() Ver Antônio Barros de Castro, "Ajustamento X Transformação: a economia brasileira de 1974 a 1984", in A Economia Brasileira em Marcha Forçada, Antônio Barros de Castro e Francisco Eduardo Pires de Souza, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, onde o II PND é visto como uma tentativa de superar, simultaneamente, a crise externa e o subdesenvolvimento, cujo estigma é a atrofia dos setores produtores de insumos básicos e de bens de capital. Como resultado do programa de desenvolvimento adotado em 1974, a capacidade de produção de petróleo e eletricidade, de insumos básicos, e de bens de capital foi drasticamente ampliada. A indústria de bens de consumo duráveis dava sinais de ter atingido plenas condições de acesso ao mercado internacional. A economia brasileira dispõe, no presente, de um avantajado núcleo (energia, metalurgia, química e bens de capital) que, por sua versatilidade, pode ser posto a serviço de diferentes estratégias de crescimento. A economia brasileira dispõe, também, de um setor de bens de luxo com crescente acesso ao

mercado externo. Em suma, o parque manufatureiro brasileiro não cabe, sequer como caso limite, dentro do perímetro do subdesenvolvimento.

<sup>4</sup>Ver João Manuel Cardoso de Mello, O Capitalismo Tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira, mimeo, Tese de Doutorado, IFCH/UNICAMP, 1975, onde o processo de constituição de forças produtivas capitalistas, no Brasil, está completo desde a época do governo Juscelino. Esse processo foi completado com a industrialização "pesada", com o Plano de Metas, quando se montou o setor de ponta do departamento de bens de produção e o setor pesado do departamento de bens de consumo para capitalistas. A instalação desses setores, amparada pelo investimento público (energia, transportes etc.), gerava demanda dentro da própria fração já existente do departamento: de bens de produção, operando mecanismos de reforço e de retroalimentação. No período Juscelino foram estabelecidas relações entre os departamentos de bens de produção, de bens de consumo assalariado e de bens de consumo capitalista, constituindo integralmente as bases técnicas necessárias para a autodeterminação do capital e impondo uma dinâmica especificamente capitalista ao processo de acumulação. A acumulação, desde então, está livre da fragilidade da estrutura técnica do capital e o próprio processo de acumulação produz, endogenamente, a oferta e a demanda por meios de produção e por força de trabalho. Desde então a acumulação só encontra barreiras que ela própria se coloca (Ver, também, João Manuel Cardoso de Mello & Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, "Reflexões sobre a Crise Atual" in Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise, vol. I, orgs. L.G.M. Belluzzo & R. Coutinho, São Paulo, Brasiliense, 1982).

<sup>5</sup>() Uma interpretação, diferente da que será apresentada neste trabalho, mas que também foge ao tipo de interpretação que, aqui, está sendo criticada, encontra-se em "O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latinos americanos", op. cit. O chamado "consenso de Washington", nesse texto, nada mais é que a reafirmação da orientação emanada, desde o início da Administração Reagan, ao FMI, ao BIRD e ao BID: condicionar a ajuda financeira externa, bilateral ou multilateral à implementação do receituário neoliberal. As reformas neoliberais, defendidas pela Administração Reagan e endossadas pelos organismos financeiros internacionais, são uma forma de compensar o setor exportador norte-americano pelos custos que teve de arcar com a ajuda aos bancos daquele país. O setor exportador fora prejudicado pela queda das exportações para os países latino-americanos, que tiveram que conter as importações para gerar superávits comerciais e honrar as dívidas com os bancos.

<sup>6</sup> Ver Alexandre Schwartzman, Auge e Declínio do Leviatã: mudança estrutural e crise na economia brasileira, mimeo., Dissertação de Mestrado, São Paulo, FEA/USP, 1990, que obteve o primeiro lugar no Prêmio BNDES concedido às melhores Dissertações de Mestrado defendidas, anualmente, nos melhores centros de pós-graduação em economia no Brasil.

<sup>7</sup> Ver Lídia Goldenstein, Repensando a Dependência, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994.

<sup>8</sup>É importante registrar que o entendimento do processo de substituição de importações, expresso em Goldenstein (1994), é

radicalmente distinto do entendimento contido no texto clássico escrito, em 1963, pela Profa. Maria da Conceição Tavares, intitulado "Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil" (in Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro: ensaios sobre economia brasileira, 4<sup>a</sup> ed, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975). O impulso para substituição de importações, em "Repensando a Dependência", não é o estrangulamento externo, mas a busca de novos mercados por parte das grandes empresas dos países centrais. A dinâmica do crescimento nos países dependentes não é endogenamente gerada, mas produzida pela lógica da competição daquelas grandes empresas em busca de maiores mercados. Já no "Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil" é apresentado um modelo de desenvolvimento onde o impulso para o crescimento é externo à economia brasileira, mas ele é endogenamente gerado no próprio processo de crescimento. Nesse artigo clássico, no período 1930/1960, o estrangulamento externo exigia medidas de contenção das importações, o que melhorava as condições de concorrência da produção doméstica e expandia a produção e a capacidade produtiva interna. Como a base técnica da produção doméstica era importada, a expansão da produção gerava uma grande expansão da demanda por importações. Como a base exportadora era precária, porque constituída basicamente por produtos primários, sujeitos à deterioração dos termos de troca e às frequentes crises no mercado internacional, a oferta de divisas não crescia na mesma proporção (inelasticidade da oferta de divisas). O resultado era um novo estrangulamento externo. Ondas de inversões substituidoras de importações produziam estrangulamentos externos que, por sua vez, produziam novas ondas de inversões substituidoras de importações. A dependência tecnológica, resultado da base técnica importada, era elemento fundamental para a compreensão do processo de desenvolvimento que vigorava na economia brasileira.

<sup>9</sup>() Registre-se que a questão do financiamento do desenvolvimento é tratada de modo mais abrangente e mais adequado em "Repensando a Dependência" do que em "Auge e Declínio do Leviatan", op. cit..

<sup>10</sup>() O endividamento externo, em "Auge e Declínio do Leviatan", op. cit., foi uma solução "natural" para o Estado Demiurgo, o Estado Leviatan, financiar o programa de desenvolvimento que, simultaneamente, romperia a barreira do subdesenvolvimento e superaria a crise externa. O endividamento externo, em "Repensando a Dependência", é visto como indicação da fraqueza do Estado, que não conseguia financiar internamente o programa que tentou impor à sociedade. Este último texto desenvolve excelente argumentação sobre a fraqueza do Estado desenvolvimentista brasileiro, que nunca conseguiu impor perdas, que tinha que acomodar todos os interesses que precisavam ser derrotados e só aparentou fortaleza enquanto obteve apoio externo. A distribuição generalizada de "benesses" não é prova de fortaleza mas, de seu contrário, de fraqueza. Sendo correta tal interpretação, "Auge e Declínio do Leviatan" teria mostrado o oposto do que afirma.

<sup>11</sup> ver Norma C. B. Casseb, Perfil dos Investimentos e Distribuição de Renda na Economia Brasileira (1970-1993), mimeo, Tese de Doutorado, São Paulo, FEA/USP, 1995.

<sup>12</sup> Na explicação dessa queda não se deve desprezar a política

norte-americana de elevar os gastos militares e forçar a URSS a acompanhá-la. Tal política obrigava a URSS a alocar mais recursos para o uso militar e menos para o uso civil. Assim, aumentava a insatisfação interna, a insatisfação da sua população, que determinou sua derrocada.

<sup>13</sup> Note-se a diferença conceitual com "Auge e Declínio do Leviatan", pois não se defende o "Estado empresário schumpeteriano". O Estado não é uma entidade acima das classes sociais. A estratégia de desenvolvimento aqui defendida só será alcançada com ampla movimentação política, que foge ao escopo deste trabalho.

<sup>14</sup> Note-se a diferença conceitual com "Repensando a Dependência", pois não se defende a obtenção de "competitividade sistêmica". Não é evidente que esteja ocorrendo uma terceira revolução industrial, uma notável alteração no paradigma tecnológico. Os novos materiais ainda são uma promessa, pouco rendendo em termos de produtos disponíveis no mercado. O petróleo ainda é o insumo básico da sociedade contemporânea. Competitividade sistêmica é um conceito emprestado da engenharia de produção e só interessa ao economista se for expressa em preços competitivos no mercado, algo não mencionado em "Repensando a Dependência", op. cit. Gerar competitividade sistêmica é gerar um vetor de preços relativos compatível com padrões internacionais, de forma a que a produção nacional possa competir no mercado internacional.

<sup>15</sup> As diferenças conceituais, apontadas nas duas notas imediatamente acima, mostram que a estratégia aqui proposta não é um sincretismo dos trabalhos sumariados na seção 3.